

Educação e descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes

Education and decolonization of knowledge, practices and powers

Jandir João ZANOTELLI¹

Resumo

Nossa educação expressa, reproduz e fundamenta a colonização que marca nossos saberes, práticas e poderes. A *descolonização* exige, por outro lado, consciência histórica das suas origens, caminhos, procedimentos e pressupostos. Autointitulada crítica, acentua subserviência e alienação. Nasce do projeto europeu imperial-mercantil-salvacionista, constituindo-nos em arquipélago de latifúndios monocultores, escravagistas e exportadores. Desvendar seu eixo articulador, o de *Estado de Cristandade* é preciso, confundindo-se propositalmente com a religião cristã. Fundiram-se neste colonialismo, perspectivas (ainda não superadas) do comunitarismo pré-semita e semita com a propriedade fundada na violência das armas e da lógica, reduzindo a ética à moral obediente aos interesses do colonizador. A superação da colonialidade se faz pela reinvenção da comunidade e de sua ética de respeito à outridade do outro.

Palavras-chave: Descolonialidade. Consciência histórica. Estado de Cristandade e Ética comunitária.

Abstract

Our education expresses, reproduces, and establishes the colonization which marks our knowledge, practices and power. On the other hand, the decolonization demands historical conscience of its origin, methods, proceedings and assumptions. Self-named criticism emphasizes subservience and alienation. It comes from the European imperial-mercantile-salvationist project forming us into an archipelago of huge monoculture property, slave owners and exporters. To unfold its point of articulation, the one of *Christianity State* is necessary, becoming intentionally confused with the Christian religion. In this colonialism, they merged the perspectives (not resolved yet) of Pre-Semitic and Semitic communitarian way of life with its property founded through armed and logical violence, reducing ethics to moral obedience to the interests of the colonizer. The triumph over colonialism becomes possible through the recreation of community and the ethics of respecting the uniqueness of the other.

Keywords: Decolonization. Historical Consciousness. Christendom State and Communitarian Ethics.

1 Filósofo, bacharel e graduado em Filosofia, Nossa Senhora da Imaculada Conceição (1961) e (1963) - UFPEL; graduação em Ciências Jurídicas e Sociais - UFPEL (1971). Doutorado em Filosofia da Educação pela Universidade Federal de Pelotas (1977). Acadêmico - cadeira 46 da Academia Sul Brasileira de Letras e assessoria do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Professor aposentado UFPEL e UCPEL. E-mail: <jjzanotelli@ig.com.br>.

Nossos saberes, nossas práticas, nossos poderes são fruto e expressão da Colonização, reprodutores e aprofundadores da Colonização. A Colonialidade reina no interior de todos nossos saberes: dos saberes do senso comum cotidiano, do saber científico, filosófico e, especialmente, teológico. Para saber da verdade de nossos saberes, corremos a conferi-los com os da metrópole. Os saberes da *psique*, da Psicologia e da Psicanálise. Os saberes sobre o humano do homem, ensinando que o homem é feito de corpo material e alma espiritual. O homem é alma e o corpo é seu inimigo, seu cárcere em tudo o que ele requer e sente. Um dualismo estúpido que baila entre o materialismo ridículo e um espiritualismo alienado. Os saberes de curar e garantir a saúde. Os saberes de conviver. Os saberes de trabalhar, de produzir, de dividir o produto e, especialmente, de explorar o trabalho alheio. Nossa ciência precisa se pautar pelo positivismo da constatação e da matemática, como o indica a Modernidade europeia. Nossa Filosofia é consequência dos *grandes* pensadores da metrópole. Sobre eles realizamos nossas teses de mestrado e doutorado, porque eles são o critério da verdade filosófica. A teologia europeia nos indica o que é certo e errado sobre a fé, sobre a religião, sobre as falsas religiões, sobre as superstições. Nossos ritos religiosos repetem os da metrópole, mesmo que em contradição com o tempo de sua celebração: celebramos a Páscoa da Ressurreição, a festa da Primavera e da vida, quando começa o outono...

Somos colonizados. Somos colonizados no sentir, no ouvir, no interpretar e no falar. E para pensar a possibilidade de descolonização é preciso, antes de qualquer coisa, pensar na colonização.

Para se poder pensar em liberdade, em dignidade humana, direitos humanos, democracia, cidadania, solidariedade, respeito pelo outro, como requer a ética que tentamos ver implantada na economia, na política, na cultura, na educação e na religião, é preciso, antes de mais nada, reconhecer que fomos e somos colonizados. Colonizados nos saberes, nas práticas e nos poderes. Colonizados para não reconhecer o outro. Colonizados para o individualismo mais crasso. Para a autossuficiência prepotente que só vive da exploração do outro. Doentia sempre: sádica e ou masoquista. Colonizados para a exclusão, para a submissão, jamais para a Democracia, para a solidariedade e para o respeito do outro como outro.

A Europa colonizou a América, a África e a Ásia com a Oceania, incluindo-as num projeto de Império mercantil-salvacionista no dizer de Darcy Ribeiro (1968). Primeiro Portugal (1383), depois a Espanha (1492) e depois a Europa inteira, e por fim, o projeto que hoje se fez global.

Um projeto colonizador de economia, de política, de cultura e de religião. Um projeto que resultou para o Brasil nas dimensões de latifúndios monocultores, escravagistas e exportadores, e que até hoje conforma, em maior ou menor

profundidade, toda a nossa realidade (MENDES, 1979). A colonização possibilitou a Europa moderna, industrial, contemporânea. Foi o ouro da América que financiou a manufatura e a industrialização da Europa.

A colonização não foi obra do acaso, do destino, da sorte, da descoberta. Obedeceu a um plano, a um projeto, a uma armação de uma Europa cercada pelos árabes e turcos por todos os lados, restando-lhe apenas a saída pelo Atlântico (1453).

Mas onde a Europa foi buscar este projeto? Este projeto não nasceu do nada. Ou da invenção de um gênio iluminado. Ou da fuga ao aniquilamento.

Na verdade ele nasceu da junção de três interesses. O interesse da burguesia mercantil. O interesse da nobreza esfarrapada do feudalismo. E do interesse do clero para buscar almas para Cristo e converter os infééis.

Atendia aos interesses da burguesia nascente, sustentada e ampliada pelo comércio internacional realizado com o centro do mundo que era a Índia e a China. O ideal era amontoar lucros. Enriquecer. O acúmulo do lucro do comércio se fazia pela refinada usura. A usura era crime e pecado para os cristãos: explorar a necessidade dos outros. O exemplo simples: *quem empresta um pão a um faminto para que sacie sua fome e cobra dele dois pães na devolução* é um usurário, contra tudo o que pregavam e praticavam as comunidades cristãs. A usura destrói a comunidade. Por isso, o comércio era vedado aos cristãos. Esta usura, quando o comércio passou a evidenciar estupendos resultados, deixou de ser vista como pecado e crime, passando a ser considerada, pelo Estado de Cristandade, como virtude e sinal evidente de predestinação para o céu. Se alguém fosse rico, seria porque foi abençoado por Deus, e foi abençoado porque predestinado para a Salvação. A predestinação é um privilégio que Deus concede aos seus eleitos. E só aos eleitos. Os outros, pelos quais nem Deus tem compaixão, merecem apenas o inferno de sua própria miséria. Compadecer-se deles, como se eles também fossem eleitos por Deus, é um atentado contra Deus e contra a natureza e a história. Enriquecer, pelo planejamento e pela poupança, é o ideal proposto pelo projeto europeu de civilização-colonização. Enriquecer a qualquer meio. Porque os fins justificam os meios, na senda de Machiavel.

A usura é a grande virtude do projeto europeu, explicitada por Calvino na Genebra de 1551. O mercado, epifania da usura, é a mão providencial e invisível de Deus, na perspectiva de A. Smith de 1776 (SMITH, 1933).

Por isso, tentarei, seguindo a hipótese lançada por Enrique Dussel (1970, 1986, 2000, 2007), acompanhar resumidamente a história da criação, da consolidação e da reprodução desse processo de colonização, especialmente no que concerne a nós.

No centro da questão encontra-se o Estado de Cristandade. Ele é o eixo ideológico de todo o projeto de colonização (ZIMMERMANN, 1987). Para entendê-lo precisamos recuar um pouco.

Considerando que o homem existe sobre a terra há quatro milhões de anos; que nos dois primeiros milhões de anos, de sua longa caminhada, o homem viveu no berço de origem de todos nós, que é a África; portanto, todos nós somos originariamente negros, filhos da mesma África. Só depois, expandindo-se para o Norte, para o frio, necessitou, cada vez mais, branquear a pele, os olhos, os cabelos, para não perecer por falta da vitamina D. O branco é, pois, um negro *desbotado* em seus mais variados matizes.

Se admitirmos, por outro lado, que a primeira civilização da humanidade é a dos Bantus, nas nascentes do Nilo (6.000 a.C.), e que dela derivaram as civilizações do vale do Nilo (desde 3.200 a.C. até, pelos menos, início do segundo milênio a.C.), a dos Sumérios, na Mesopotâmia (4.000 a.C.), a do rio Indo (de 2.700 a.C.), como também a originária do Rio Amarelo; e se agregarmos a este conjunto as civilizações dos Maias-Astecas e a dos Incas na América (300-1.519 d.C.).

Observaremos que, nestas primeiras civilizações, não existe a *colonização*, nem as *colonialidades*. Nelas vigora a comunidade, com a agricultura de regadio, a posse comunitária e rotativa da terra, e a ética que funda, mantém e inspira a vida comunitária. Há um lugar para a mulher: seus deuses originários são sempre femininos.

Assim, se pode ver no capítulo XX do *Livro dos Mortos* dos egípcios, grafado em 2.750 a.C., mil anos antes do Código de Hammurabi, dois mil anos antes do profeta Isaías 61,1 da Bíblia - 750 a.C. - e o começo da pregação de Jesus de Nazaré - Lc 4,8 - que repetirão: *eu nunca menti... eu nunca explorei o mais fraco, nem no peso, nem na medida, nem no valor... eu dei de comer ao faminto... eu amparei a viúva e o órfão... eu hospedei (dei uma barca) ao estrangeiro... ou, eu curei o doente, o coxo, o cego, o paraplético... eu libertei os escravos...* Esse era o discurso necessário, que o morto deveria pronunciar diante do Deus da vida, para passar à vida verdadeira que começa depois da morte. Se ele não pudesse sustentar esse discurso como expressão daquilo que ele realizou durante a vida, ele não passaria à Vida. Era, portanto uma ética da vida e não apenas um ritual de morte. É o discurso ético que perpassa toda a história ética da humanidade. A comunidade se constitui e vigora pela priorização do mais fraco, do mais necessitado. Não é pela *igualdade, liberdade e fraternidade* que o projeto europeu anunciará sem praticar, em seu liberalismo.

Os semitas, entre eles os hebreus e cristãos, inspirar-se-ão nesta multimilenar experiência comunitária e seus pressupostos éticos de cuidado com os mais fracos, de generosidade e hospitalidade.

A experiência comunitária, incompatível com a colonização, será interrompida na história, com o advento dos indo-europeus (2.500 a.C.). Estes eram criadores de gado, domesticadores do cavalo, dominadores do ferro, nas grandes planícies indo-europeias que vão desde a Holanda até as proximidades do deserto de Gobi. Aprenderam a ser invencíveis na guerra. Eles detêm as mais potentes armas: o cavalo

e o ferro. Com elas serão invencíveis em qualquer batalha. Para os vencidos, os absolutamente vencidos, não há acordo, armistício, tratado, compaixão. O vencedor faz do vencido o que ele quiser. Fará isto do vencido, de suas terras, dos produtos da terra, como também fará o mesmo de seu filho e de sua mulher. Fazer o que quiser daquilo que é seu é a essência da propriedade, ao contrário da posse.

A propriedade, e não mais a posse comunitária e rotativa da terra. Ora, a propriedade só será propriedade se for absoluta e universal. O poder de fazer o que se quiser, obtido pela violência das armas ou pela lógica do raciocínio que destrói o argumento do outro é sempre cumulativo e sem limites. Sempre fruto da violência. O proprietário tem a pretensão de ter todo o poder, de ser dono da terra, dos trabalhadores da terra, dos frutos da terra... e, a pretensão de ser dono de si (de sua vida) e de um deus que ele domina através de sacrifícios e promessas.

A violência política desses indo-europeus, desde 2.500 a.C., avança sobre os Sumérios, sobre o Egito e o rio Indo, estabelecendo os impérios Medo e Persa e, depois de 1.100 a.C., criando a civilização grega e romana. O protótipo mais avançado de civilização indo-europeia foi a grega, depois absorvida pelo Império Romano.

Nelas, a organização política, à medida que se implanta a dominação indo-europeia, será a da metrópole com suas colônias. Assim como em suas terras, o proprietário (só ele, porque a mulher é propriedade dele) a cavalo, de espada na mão, coloniza tudo e a todos, inclusive a si mesmo. Assim instituirá a *urbs*² e o império como modelo: a colonização.

Para estes não há lugar para o *outro*. Não há lugar para a mulher, não há lugar para o filho, não há lugar para o estrangeiro, muito menos para o pobre. Não há lugar para o corpo, a carne, para a sexualidade, para a carnalidade concreta da existência. Não há lugar para a comunidade.

Com o indo-europeu instala-se a escravidão, o machismo, o filicídio, o individualismo autossuficiente no saber, no fazer, no agir e no poder. É a negação do outro como outro.

O cristianismo, nos três primeiros séculos de nossa era, tentou a vivência comunitária originária, especialmente na periferia do Império Romano. Depois de dez grandes perseguições, demonstrando assim a incompatibilidade entre Cristianismo e Império Romano indo-europeu, os cristãos farão um acordo com o Império Romano. O Império Romano e as instituições da Igreja cristã fundir-se-ão. Disso resultou o Estado de Cristandade (313). Evangelizar-civilizar pelo poder.

O Estado de Cristandade fundirá a economia, a política, a cultura do Império com a religião cristã, serão ambos uma só coisa. Contraditória. Não importa se o chefe

2 *Urbs*: do Latim: *Cidade*.

do Estado de Cristandade for religioso (o papa como o mais alto grau da hierarquia eclesiástica confundida com a Igreja), ou se for político, como após 1.648, com o tratado de Westfália, onde o religioso fica subordinado ao político. A Europa será um Estado de Cristandade, muito embora ela diga que é cristã. A confusão entre Estado de Cristandade e Cristianismo fez ver o projeto de colonização como se fosse cristão.

Baseada neste Estado de Cristandade, a Europa (em primeiro lugar Portugal, 1.383, e Espanha, 1.492) montará seu projeto de civilização-evangelização como a de um *Império Mercantil Salvacionista* (RIBEIRO, 1977, 1978). Obedecendo aos interesses da *nobreza*, esfarrapada depois do feudalismo que se congrega junto à corte; da *burguesia* que se fez forte com o comércio internacional com China e Índia (o centro do mundo) e que buscava amontoar lucros com o mercantilismo; bem como aos interesses da *Igreja* (que se fez idêntica à hierarquia eclesiástica, sem comunidades e sem leigos) que buscava reconquistar o poder conquistando *almas para Cristo*: contra os infiéis (islamitas, e povos ignaros...). Baseada neste triplice interesse, a Europa montou o mais amplo e totalitário projeto de colonização.

Este projeto se formata desde o *Mercantilismo* (1.050-1.648) que transforma a usura em virtude e sinal de salvação, desde as *Manufaturas* (1.648-1.767), até a *Revolução Industrial* (1.767), abrangendo inicialmente os países que hoje formam o G7 (grupo dos 7: Inglaterra, França, Estados Unidos, Itália, Canadá e Japão), que multiplica vertiginosamente o acúmulo do lucro, dos bens e empodera cada vez mais o colonialismo, especialmente depois do *Imperialismo* implantado pela conferência de Berlim (1.885), pelas guerras e crises do século XX e da *globalização* de agora.

Este projeto será o programático e sistemático encobrimento e *negação do outro*: do índio, do negro, da mulher, da corporeidade, da sensorialidade, da afetividade, da sexualidade, num dualismo contraditório e insuperável bebido na fonte indo-europeia e firmado no Estado de Cristandade.

Em cada etapa, em cada época a colonização teve novas facetas, novas modalidades. Novas e cada vez mais profundas. Desde a *invasão* militar, a *colonização econômica* (que transformou o Brasil em latifúndios monocultores, exportadores e escravagistas), a *colonização política* em toda a sua estrutura e funcionamento, até a *colonização cultural*, ideológica, científica, técnica, artística e religiosa, em todas as dimensões.

Depois da proclamação da independência da América Latina, nossos *colonizadores interinos*, endócrinos, foram os crioulos, os capatazes que substituíram a metrópole europeia. A colonização se tornou interna e *internalizada*. Com os meios mais potentes e subliminares: a mídia, o *marketing*, a informática, a cibernética, o virtual...

Fomos pensados, planejados, moldados para sermos colônia, periferia da Metrópole. Primeiro da metrópole portuguesa. Depois espanhola. Depois inglesa. Depois norteamericana. E agora, periferia do mundo, do mundo global, muito embora todo o esforço de alianças, regionalizações, BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e etc...

Somos pensados para garantir e reproduzir o sistema desde suas relações econômicas até as sociais, políticas, morais, culturais e religiosas.

Há como superar a colonização? Como des-colonizar os saberes, as práticas e poderes?

A tentação do colonizado é, de imediato, pedir aos colonizadores que nos ensinem o caminho da libertação, da emancipação, da cidadania. Quer aos colonizadores externos quanto aos internos. Para que nos ensinem a implantar, em meio ao sistema global excludente, uma comunidade de inclusão?

Na verdade, duas são as magnas questões: É possível descolonizar *sem comunidade*? E é possível a *comunidade num sistema de propriedade*, quer seja ela privada ou coletiva?

Se a resposta é duplamente negativa, que nos resta a fazer? *Sentar à beira da estrada e chorar* - como se diz na minha terra?

Acreditar, como quer o colonizador, que a história é obra do destino, inelutável, e que chegamos ao final da história, como dizem os teóricos apologistas do capitalismo? O capitalismo é a única saída para a história? O termo final que veio para ficar? Que só nos resta remendar, acomodar, mudar aspectos periféricos desse sistema? E que os que não se ajoelham diante do sistema, são rebeldes recalçados, impostores a prometer ilusões? E que a comunidade é coisa do passado, já desde muito ultrapassada, e incapaz de responder às grandes questões da produção, da circulação e do consumo? Que a ética e a solidariedade consistem ainda e para sempre em manter o sistema, para que mais gente não morra de fome, de doenças, na intempérie? Ele é a *mão da Providência*?

Assim fala um colosso mundial com os pés de barro e com mil fendas por onde escorre a riqueza e a segurança pretensamente armazenada pela história dos homens e mulheres do planeta.

A descolonialidade, porém, não nascerá apenas de uma metodologia, de uma técnica pedagógica inovadora a ser implantada em nossas escolas, mantendo-se o sistema assim com está.

Não há descolonialidade sem consciência histórica.

Não teremos consciência histórica, nem superaremos a colonialidade na qual fomos e estamos imersos, se não superarmos, antes de tudo, o *heleno-centrismo* e, depois, o *euro centrismo*, localizando-nos apenas como periferia do centro, moldados pelo centro e aspirando a ser o centro.

É preciso começar pelo começo, como nos ensinou Paulo Freire. E, então: não há educação para a liberdade sem consciência histórica e que não conduza à consciência histórica. Consciência da Colonização em seus múltiplos aspectos, consciência dos *fundamentos* (econômicos, políticos,

sociais e culturais) do projeto colonizador, consciência das *raízes* do projeto, especialmente no antes e depois da constituição do Estado de Cristandade; consciência da contraposição dialética entre a posse da *comunidade e a propriedade* trazida pelos indo-europeus; consciência dos *alcances e limites* da colonialidade, e da perspectiva utópica de sua superação.

Consciência da história não apenas em seus dois ou três últimos séculos. Não apenas da história europeia e da constituição colonial de sua periferia. Mas da *história no mais amplo horizonte possível*. Na sua economia (modo de produzir, de distribuir e consumir), na sua organização social, na organização política, na produção cultural (científica, técnica, artística, sapiencial, filosófica e religiosa). Consciência da *necessidade e relatividade das instituições*, dos ritos, dos poderes que tornem eficaz a perspectiva comunitária.

Na história há a senda da comunidade com seus pressupostos, sua ética e suas consequências. Há também os descaminhos de sua negação.

E um dos princípios fundamentais que permitiam a fundação da comunidade estava, para as primeiras civilizações da humanidade, na exigência de um único Dador da vida e criador de tudo. Contrapunha-se, por isso, ao ídolo e à idolatria. Era *impossível uma comunidade baseada na idolatria*: a divinização de um ente ou situação. Pois, se tudo é criado, nada é divino, sagrado e tudo está à disposição do homem, ao cuidado e responsabilidade do homem.

E os incas, por exemplo, exigiam dos povos que quisessem compor a grande comunidade incaica que reconhecessem três coisas: falassem uma língua comum, aceitassem a posse comunitária e rotativa da terra e não fossem idólatras. O idólatra, que se dobra ante qualquer coisa, mesmo diante de si, é um doente e adoece a comunidade. A liberdade que acontece *na e com* a comunidade, e que nada tem a ver com o individualismo narcisista do indo-europeu, exige a não idolatria. E K. Marx (1887) evidenciou, em sua interpretação do capitalismo, que este é constitutivamente idólatra. *Idólatra da mercadoria*.

Sem superar a idolatria da mercadoria em todas as suas dimensões é impossível ser comunitário. Observemos que, no sistema global de hoje, tudo é mercadoria. Tudo é mercado. Tudo é idolatria.

O ídolo exige o *sangue* de seus adoradores, suas vítimas. O dador da vida implanta a possibilidade da *liberdade*, da dignidade, da comunhão vital com a natureza.

Não importa o nome que se dê ao fundamento sagrado da vida e da comunidade (e muito acertadamente os teólogos dizem que é impossível ser cristão sem ser ateu do deus do Estado de Cristandade). O que importa é a

superação da idolatria: quer essa seja um sistema, uma ideologia, um partido, uma instituição, mesmo que essa seja eclesial (como alertou Francisco, no Rio de Janeiro). O idólatra é desumano, a-histórico, a-comunitário.

Uma educação será descolonizadora e descolonial na medida em que *se respeite a outridade* de cada um, para além da idolatria atribuída à autoridade das tradições, à autoridade do método, à autoridade do currículo. A educação acontece como conclamação respeitosa de cada um para a construção da *liberdade*: para a minha liberdade que começa onde começa a tua liberdade. E a minha liberdade consiste em que tu tenhas a possibilidade concreta de liberdade: liberdade de sentir, de pensar, de expressar, de agir, de conviver.

Sem consciência histórica não há educação. E a consciência histórica acontece como a dialética itinerante, peregrina de saberes, de práticas e poderes.

Muito embora frágil e limitada, a possibilidade das descolonialidade dos saberes, das práticas e dos poderes é viável, é necessária, é urgente. As comunidades indígenas, quilombolas, dos que mais sofrem na carne os efeitos nefastos da colonialidade, clamam e vivem da possibilidade de sua superação. Eles ensinam, testemunham e exigem uma possibilidade humana para além das colonialidades. Um mundo constituído de novas relações, relações verdadeiramente humanas, de respeito à outridade, de respeito à vida.

O clamor dos excluídos, dos outros negados exige verdade e justiça para que possamos ter identidade humana e possibilidade de ser.

Referências

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **América Latina y Conciencia Cristiana**. Quito: Editorial Don Bosco, 1970.

_____. **Ética da Libertação – Na idade da globalização e exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Politica de La liberación. História Mundial Crítica**. Madrid, Trotta: 2007.

MENDES, Antonio Jr. et al. **Brasil história – Texto e Consulta**. I-III. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____. **As Américas e a Civilização.** Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **O dilema da América Latina:** estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.** London: Dent & Sons; New York: E.P. Dutton & Co, 1933.

ZIMMERMANN, Roque. **América Latina, o não-ser.** Petrópolis: Vozes, 1987.

Recebimento em: 25/10/2013.

Aceite em: 25/11/2013.